
PESQUISA PARTICIPANTE: ASPECTOS EDUCATIVOS E SÓCIO-POLÍTICOS*

Luiz Eduardo W. Wanderley**

Por não ser um especialista neste tema, minha intenção é a de apresentar algumas colocações gerais, alguns aspectos tidos como essenciais pelos estudiosos neste tipo de pesquisa, para, tendo-os como pano de fundo, levantar três questões que me parecem relevantes para reflexão. Mesmo que se saiba não haver muita literatura a respeito, o que vem sendo escrito e publicado coloca os elementos substantivos para a sua compreensão e serve como ponto de partida para uma análise mais aprofundada.

ASPECTOS QUE NÃO PODEM SER ESQUECIDOS

Ao falar de pesquisa participante e indicar pistas para a continuidade dos estudos sobre esta temática, convém não esquecer certos aspectos amplamente conhecidos e que servem de balizamento para qualquer análise a ser empreendida.

Um primeiro aspecto é o de que se faz pouca pesquisa no Brasil, tanto pura quanto aplicada, comparativamente à produção de outros países. Portanto, a luta por obter mais recursos para a pesquisa, em todos os níveis, é uma finalidade sempre presente. E na pesquisa feita e em andamento, os críticos apontam falhas graves, que vão desde a fragmentação pelos vários ramos do conhecimento até a produção de um conhecimento estéril se se leva em conta a realidade da maioria da população do país. Em grande parte, ela se funda na teoria e na prática

* Comunicação apresentada no Seminário Nacional de Pesquisa Participativa, realizado pelo INEP, em Brasília, no período de 14 a 16 de março de 1984.

** Professor da PUC/SP.

empregadas nos países chamados desenvolvidos e está a serviço dos setores dominantes. E é sabido que esses setores exercem uma pressão direta sobre instituições e pesquisadores, condicionando a liberação de recursos para a pesquisa ao atendimento de seus interesses, o que vem agravando os riscos de perda de autonomia, principalmente no caso das universidades. Mas não se pode ignorar, é claro, a seriedade e os esforços de um contingente apreciável de pesquisadores nacionais, na linha de investigações multidisciplinares e adequadas à nossa realidade.

O segundo aspecto é o de reconhecer que as teorias existentes, principalmente nas ciências humanas e sociais, também passam por um processo de crise. São sinais dessa crise as próprias pesquisas, cujos dados — em inúmeras delas e mesmo obtidos com as técnicas mais sofisticadas — nada dizem, escondem a realidade e são manipulados pelos interessados, distorcendo a análise e os resultados. Os dados são controlados para provar qualquer hipótese elaborada aprioristicamente, forjam-se explicações e as previsões falham. E mesmo quando se trabalha com os dados seriamente, quando se busca avançar em técnicas qualitativas, o conhecimento adquirido não vem respondendo às necessidades reais, face à aceleração da História e às modificações estruturais e conjunturais em curso. Como consequência, aperfeiçoar a pesquisa mediante estudos teóricos e metodológicos é tarefa imprescindível.

O terceiro aspecto é o da constatação da separação existente entre a teoria e a prática, que se manifesta em todos os níveis de ensino e nas instituições governamentais e privadas nas quais se busca a sua compatibilização. Constata-se como é cada vez mais difícil ao nosso estudante adequar a teoria à prática, dada a nossa tradição do ensino voltado mais para abstrações, definições teóricas e pouca consideração para com o concreto. Esta separação gera distorções que se expressam nos discursos herméticos e empolados dos profissionais e

dos políticos, nas análises feitas através dos meios de comunicação de massa, nos planos e nos programas que não se concretizam. Ora, a constatação deste fato por parte de imensa parcela do povo simples e de setores comprometidos com a mudança social, levou-os a um outro extremo que foi o de pensar que a teoria não serve para nada e o importante é o agir. Este processo gerou um ativismo generalizado que cometeu vários erros e pouco avançou.

O quarto aspecto diz respeito à afirmação de que todo conhecimento é condicionado socialmente. Se reconhecê-la constitui hoje quase um truísmo, não se tiram todas as implicações que ela engendra, tais como, de que há uma ciência a serviço dos setores hegemônicos, de que o conhecimento é deliberadamente fragmentado perdendo-se a visão de totalidade, de que existe um saber popular ignorado e minimizado, e de que há uma disputa entre ideologias dominantes e ideologias dominadas.

Poderia apontar outros aspectos, igualmente importantes, mas estes bastam para os objetivos traçados.

Refletindo sobre estes aspectos, tendo como pano de fundo a situação latino-americana, desejando uma universidade com compromisso social, querendo descobrir métodos e técnicas que possibilitassem um conhecimento mais totalizante, buscando uma integração da teoria com a prática a partir de uma reflexão sobre a própria prática, e angustiados por realizar uma prática mais coerente e eficaz no sentido das transformações sociais, foi que pesquisadores de vários países, trabalhando individual e coletivamente, se enfrentaram com a pesquisa participante. Ela partiu de necessidades concretas. Os autores que a analisam mostram pontos em que tem sido bastante produtiva e criativa, e pontos falhos, ademais de riscos e limitações. Creio que ela foi e continua sendo um instrumento estimulante, a ser defendido e aperfeiçoado.

ELEMENTOS JÁ CONHECIDOS

Na bibliografia brasileira sobre o assunto, os livros publicados por Carlos Rodrigues Brandão e Pedro Demo permitem visualizar a temática

de fundo. Um panorama geral das origens e da evolução que marcaram as relações entre a investigação social e a ação educativa está dado no trabalho de Marcela Gajardo, que analisa a investigação temática, a investigação-ação, a investigação militante e a investigação participante (ou pesquisa participante), dentro de uma periodização histórica dos anos 60, 70 e 80.¹ A título de ilustração, transcrevo alguns trechos de seu texto. Comentando os diversos processos de pesquisa social e de ação educativa, ela salienta os seguintes traços comuns das diferentes alternativas:

“(…)

1. explicitação de uma intencionalidade política e uma opção de trabalho junto aos grupos mais relegados da sociedade;
2. integração de investigação, educação e participação social como momentos de um processo centrado na análise daquelas contradições que mostram com maior clareza os determinantes estruturais da realidade vivida e enfrentada como objeto de estudo;
3. incorporação dos setores populares como atores de um processo de conhecimento, onde os problemas se definem em função de uma realidade concreta e compartilhada, cabendo aos grupos decidir a programação do estudo e as formas de encará-la;
4. sustentação das atividades de investigação e ação educativa sobre uma base (ou grupo) organizada de sorte que esta atividade não culmine em uma resposta de ordem teórica, mas na geração de propostas de ação expressadas em uma perspectiva de mudança social.”²

Com referência às experiências de investigação participativa ou pesquisa participante, ela aponta:

¹ GAJARDO, M. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, C.R. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo, 1984.

² Idem, *ibidem*, p. 16-7.

“Se se procura uma caracterização de tais processos a partir da perspectiva da estratégia de investigação que utilizam hoje, deve-se reconhecer que, como nas décadas passadas, a maioria das experiências tenta partir da realidade concreta dos grupos com que trabalham, e defendem o estabelecimento de relações horizontais e antiautoritárias. Propõe-se a utilização de mecanismos democráticos na divisão do trabalho e o implemento de processos de aprendizagem coletivos através de práticas grupais. Como as anteriores, esta proposta reconhece as implicações políticas e ideológicas subjacentes a qualquer prática social, seja ela de pesquisa ou de finalidades educativas e propugna pela mobilização de grupos e organizações para a transformação da realidade social ou para o desenvolvimento de ações que redundem em benefício coletivo.

Metodologicamente, tal enfoque, enfatizando a produção e comunicação de conhecimentos, propõe os seguintes objetivos:

1. promover a produção coletiva de conhecimentos, rompendo com o monopólio do saber e da informação e permitindo que ambos se transformem em patrimônio dos grupos subalternos;
2. promover a análise coletiva do ordenamento da informação e da utilização que dela se pode fazer;
3. promover a análise crítica, utilizando a informação ordenada e classificada a fim de determinar as raízes e as causas dos problemas e as possibilidades de solução;
4. estabelecer relações entre os problemas individuais e coletivos, funcionais e estruturais, como parte da busca de soluções coletivas aos problemas enfrentados (ICAE, 1981: 16-18).³

Uma primeira dificuldade, apontada pelos estudiosos, está centrada na própria terminologia que identifica todas estas modalidades de investigação, o que já é reflexo de uma certa imprecisão conceitual e de

³ GAJARDO, M. op. cit., p. 40.

concepção teórica e metodológica. Nesta linha, Thiollent tem se preocupado em distinguir com maior rigor a pesquisa-ação da pesquisa participante. Suas reflexões me parecem válidas, ainda que eu insista mais enfaticamente no cruzamento constante entre elas.⁴

Outra dificuldade, também bastante comentada, se fixa na passagem da crítica à pesquisa “tradicional” para a orientação abusiva de se imaginar que a única pesquisa válida seja a participante. No documento básico e em outros escritos dos autores citados fica clara a superficialidade desta orientação, já que uma boa pesquisa participante pode — e o tem feito — utilizar técnicas e métodos da pesquisa científica amplamente usada, sem se conflitar com seus princípios e objetivos.

Mais uma dificuldade gira em torno de se saber se a pesquisa participante é uma técnica, um método, uma estratégia ou uma nova teoria (C. R. Brandão, texto básico, p. 11). O Pedro Demo, em seu livro, depois de apresentar como a pesquisa participante é entendida por alguns analistas, registra:

“A autodefinição da PP insiste em certos traços que são, ao longo desta sumária revisão, característicos. É patente a filiação educativa, a idéia de superação dos procedimentos tradicionais de conhecimento, a opção crítica e política, a união entre teoria e prática, o envolvimento comunitário. Em certos autores, a preocupação com o aspecto da pesquisa mantém-se viva e, de modo geral, não chega a ser abandonada. Porquanto sempre resta pelo menos interesse em diagnósticos, avaliações, planejamento, levantamento de dados preexistentes etc., mesmo no maior ativismo. Mas é patente também que a teoria é freqüentemente sacrificada em favor da prática, tratando-se já de questões mais propriamente educativas e participativas do que de pesquisa.”⁵

⁴ THIOLENT, M. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, C. R., op. cit., p. 82-103; e Problemas de metodologia da pesquisa-ação. In: MARQUES DE MELO, J., coord. **Teoria e pesquisa em comunicação** — panorama latino-americano. São Paulo, Cortez, INTERCOM, CIID, 1983. p. 130-8.

⁵ DEMO, P. Elementos metodológicos da pesquisa participante. In: PESQUISA Participante: mito e realidade. Brasília, UnB/INEP, 1982 *apud* BRANDÃO, C. R., op. cit., p. 129.

O Carlos Brandão apresenta uma visão bem mais humilde do que no passado recente:

“Eu acho que pesquisa participante é uma atitude da relação pesquisador-pesquisado, eu acho que é uma disposição de estabelecer uma nova relação eu-outro ou, se nós quisermos pensar politicamente: é um trabalho que resulta de um compromisso antecedente do trabalho do pesquisador com as práticas de políticas populares, dos movimentos populares e assim por diante; mas que, sendo assim, não é necessariamente dialética, não é necessariamente funcionalista, é alguma coisa...” (frase incompleta no original).⁶

Se não interpreto mal, penso que há nas duas últimas citações e no conjunto geral dos autores um certo desencanto com a pesquisa participante, ora motivado pela carência de produção teórica a respeito, ora pelos poucos efeitos práticos de seu uso, e mesmo uma crítica dura às mistificações e mediocrizações a que ela tem se prestado. Pelo menos no passado, parece que Fals Borda é um dos que acredita e defende, junto com a sua equipe, nas potencialidades da mesma, inclusive como instrumento de criação de uma ciência popular.⁷

Para não me alongar muito, cito ainda outras questões básicas e relevantes constantes dos textos referentes a esta temática, como: a questão chave da participação e toda a ambigüidade que o termo e o processo de sua concretização engendra; a questão dos esquemas e das várias etapas de sua execução; e a questão das enormes dificuldades que se dão nas relações entre o pesquisador e o

⁶ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Texto básico. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA PARTICIPATIVA. Brasília, INEP, mar. 1984. dat.

⁷ Dentre os trabalhos publicados em Português, podem ser citados os seguintes trabalhos de FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R., org. *Pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 42-62, e junto com BONILLA, V. D. et alii. *Causa popular, ciência popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação*. In: BRANDÃO, C. R., op. cit., p. 131-54.

pesquisado, em função de suas características derivadas da origem social, situação de classe, posição política, contexto vital etc.

Mesmo aceitando que a pesquisa participante possa ser empregada entre pesquisadores e todos os grupos e classes sociais, tecerei comentários tendo por eixo as relações pesquisadores-pesquisados dos setores populares, já que é com base nestas últimas que ela tem se expressado com mais riqueza e criatividade. Inclusive, é tendo por referência os setores populares que ganham vigor as suas características de atuação política (conscientização e organização), valorização do saber popular, perspectivas de mudança social.

QUESTÕES A SEREM APROFUNDADAS

Relação Teoria e Prática

Sirvo-me de reflexões que elaborei em outras oportunidades e que me parecem ainda permanecer válidas.⁸

É interessante constatar que setores populares, predominantemente aqueles pertencentes ao movimento popular organizado, têm reivindicado insistentemente a necessidade de conhecer mais. Em um primeiro nível, muitos solicitam alfabetização. Obviamente pelo reconhecimento de que em uma sociedade letrada e cheia de exigências burocráticas com base em papéis, saber escrever e ler são instrumentos básicos de afirmação como cidadão e como gente. Em um segundo nível, reivindicam a possibilidade de estudar a sociedade que escapa à sua compreensão. Começam por querer conhecer certas leis e mecanismos governamentais que se vinculam diretamente aos problemas sentidos por seus membros e os procedimentos que facilitem o acesso às autoridades e à obtenção das coisas pedidas. Progressivamente, principalmente da parte daqueles grupos e comunidades que vão se afirmando, são solicitados estudos mais amplos da realidade em suas

⁸ WANDERLEY, L. E. W., Comunidades eclesiais de base e educação popular. *Teologia Orgânica* 5. Petrópolis, Vozes, 1981; *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, Vozes, 41 (164): 686-707. dez. 1981; e *Utopia y movimiento popular*. In: VIDALES, R. & RIVERA PAGÁN, L. *La esperanza en el presente de America Latina*, San José, Costa Rica, DEI, 1983, p. 95-124.

diversas dimensões sócio-econômico-políticas e ideológicas. Em alguns lugares, a expressão que ganha corpo é a da "análise científica da realidade", é claro que muito por influência dos agentes externos. Comenta-se sempre que os trabalhadores rechaçam participar de reuniões nas quais se fala de teoria, o que não expressa bem a realidade. Os grupos mais conscientes têm é aumentado a demanda, mas atenção, a resistência não é contra a teoria em si mesma, mas contra os teóricos que falam uma linguagem hermética e ininteligível, usando conceitos e formulações incompreensíveis que o povo percebe não guardarem relação com a vida concreta, com o cotidiano.

Alcançar níveis superiores de conhecimento, a partir dos interesses concretos e imediatos, é um processo complexo e demorado. As experiências mostram que as reflexões teóricas ganham consistência quando procuram responder às necessidades concretas das classes subalternas. Diferentemente do saber erudito, acadêmico, que parte fundamentalmente de abstrações, conceitos, modelos e teorias, o saber popular está estreitamente ligado à vida cotidiana, às coisas concretas.

"Mas a vida do corpo, a vida do grupo, o trabalho manual, as crenças religiosas confundem-se no cotidiano pobre de tal modo que quase se poderia falar em **materialismo animista** como a 'filosofia' subjacente a toda cultura radicalmente popular. A expressão, que já usei uma vez para qualificar a posição de Guimarães Rosa, exige esclarecimento. 'Materialismo', enquanto o homem pobre (e aqui pode ser rústico ou o suburbano) conhece, por força das suas obrigações diárias, o uso da matéria, lida com a terra ou com instrumentos mecânicos, que são o seu meio único de sobrevivência. Daí lhe vem um realismo, uma praticidade, um senso vivo dos limites e das possibilidades da sua ação, que convergem para uma sabedoria empírica muito arraigada, e que é a sua principal defesa numa economia adversa. Ao homem pobre e à mulher pobre cabe, sempre, a tarefa de enfrentar a resistência mais pesada da Natureza e das coisas."⁹

⁹ BOSI, A. Cultura Brasileira. In: MENDES, D. T. et alii. *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro, MEC/INEP - FGV/IESAE, 1979.

Bosi ressalta que certos intelectuais acadêmicos e os profissionais tecnicistas menosprezam a cultura popular, enfatizando, a seu juízo, o caráter "simples", "pobre", "grosseiro", "vulgar", ou as formas "monótonas", "repetidas", "não-originais" dessas expressões. Esta ignorância, somada à alienação, que exclui de seu universo a existência concreta do dominado, ao regozijo pelo consumo elevado e sofisticado, ao elitismo, está em antagonismo com a vida popular, conduz a novos populismos, à distância olímpica do atraso do povo, à interpretação simpática porém distorcida dos regionalismos e das raízes nacionais, aos preconceitos.

Estudos e reinterpretções desta relação estão aportando elementos para que ela se torne mais fecunda. Uma aproximação real da universidade, através de professores e estudantes, com os meios populares, está começando a acontecer de modo mais sistemático. Conceitos e formulações teóricas sobre os grupos e classes trabalhadoras são redefinidos e recriados. Os instrumentos de comunicação popular tornam acessíveis a grandes contingentes da população as elaborações acadêmicas. As próprias elaborações produzidas por representantes diretos dos movimentos populares ampliam o seu raio de ação. Tudo isto vem questionando a formação universitária, o tipo de profissional, técnico ou intelectual que se deseja formar para a construção da nova sociedade. No campo educativo, relacionados com o movimento sindical interna ou externamente, se realizam esforços para propiciar uma melhor formação aos sócios, através da educação sindical; nos partidos políticos de oposição com maior vinculação popular se inicia também uma dinâmica de aperfeiçoamento da educação política; em setores das diversas igrejas, principalmente na Católica, realiza-se um intenso trabalho na perspectiva educativa de libertação. Obviamente há contradições em todos estes campos de atuação e, inclusive, diferenças substanciais de objetivos e métodos.

Neste contexto, a pesquisa participante, ainda que precária e limitada, constitui mais um fator propiciador de condições para que grupos, organizações e movimentos populares adquiram métodos e técnicas de conhecimento e de sistematização do saber sobre a realidade, assumindo paulatinamente o seu domínio. Nas práticas dos técnicos,

profissionais, professores e estudantes interessados em fortalecer este processo, é possível acentuar alguns elementos básicos na relação teoria/prática com os setores populares:

- reconhecer que existe um saber popular, produzido pelos grupos e classes populares, enraizado no senso comum, na religião, no bom senso, no folclore, na tradição, que apresenta um caráter fragmentado, difuso, composto de elementos alienantes e verdadeiros;
- reconhecer que este saber popular é um dos fatores fundamentais para o nosso conhecimento desses grupos e classes e que ele não pode ser desprezado ou minimizado por não ter o *status* científico;
- estudar a literatura atual, já farta, que vem sendo elaborada no exterior, com ênfase na produção latino-americana, em grande parte fruto de pesquisas sobre as transformações dos setores populares e suas perspectivas;
- estudar a já também vasta produção popular que vem refletindo sobre a situação desses grupos e classes, divulgada pelas publicações populares orais e escritas;
- reformar o ensino, em todos os níveis, buscando a indispensável integração teoria/prática;
- abrir o ensino superior para as lideranças e representantes dos grupos e classes subalternas, o que significa revisar o tipo de formação universitária hoje dado e as próprias estruturas universitárias;
- estimular de modo intensivo a realização de pesquisas participantes, individuais e coletivas, talvez concentrando-as em algumas experiências exemplares por todo o país, com avaliação permanente e ampla divulgação, com a finalidade explícita de criar uma massa crítica de subsídios que faça avançar a reflexão sobre o tema; e
- em todos os níveis de ensino, particularmente no nível superior, integrar o ensino com a pesquisa, que lhe propicia novos temas, proposições, métodos etc., ao mesmo tempo que traz do ensino problemas, hipóteses, interpretações etc.; concomitantemente, integrar o ensino e a pesquisa com a extensão, que abre para a vida social e nela intervém, realimentando currículos, programas, processos pedagógicos e métodos e técnicas de investigação.

Participação

Sem dúvida, é este um dos aspectos centrais da pesquisa participante, no qual se gestam ambigüidade, incompreensões, falhas e problemas. Não podendo aqui desenvolver toda a riqueza que este tema merece, coloco alguns pontos relevantes para discussão.

Em termos históricos e estruturais, existe um consenso na análise de que a sociedade brasileira é marcada pelo elitismo, pelo autoritarismo e pelo paternalismo dos grupos e setores dominantes nas relações sociais em geral, como resultado do tipo de colonização, da estrutura social e das formas de governo que nos caracterizaram desde os primórdios do descobrimento. Esses traços são tão fortes que impregnam toda a vida social, as relações internas de todas as instituições e delas entre si e com os círculos externos, as relações na economia, na política, na religião etc., atingindo por consequência os setores populares onde eles adquirem formas e matizes específicos. Conforme a interpretação dos cientistas sociais e estudiosos, este verdadeiro *ethos cultural* negativo que tipifica as nossas relações sociais ganhou força e se manifesta de muitas maneiras: a) pelo crescimento e centralização do Estado em detrimento da sociedade civil (superconcentração no federal e minimização do estadual e do municipal, gigantismo das empresas estatais em competição com as empresas privadas, executivo forte e enfraquecimento do legislativo etc.); b) pelo papel da administração burocrática (que atende principalmente segmentos da classe média e pressões de grupos organizados e que, mais no período populista, mas permanecendo ainda hoje, cria uma teia de complicitades difusa e orientada para relações e lealdades pessoais "(...) que tornavam cúmplices desde o vereador, o deputado, o funcionário de uma repartição fiscal, o industrial, comerciante ou banqueiro, até o ministro, quando não o próprio presidente")¹⁰; c) pelo culto à personalidade, que se dá em várias instâncias; d) pelo uso do poder público para favorecer interesses privados; e) pela figura do "pelego"; f) pela centralização de poder nos papéis de diretor de escola e de reitor; e inúmeras maneiras mais.

¹⁰ CARDOSO, F. H. Aspectos políticos do planejamento. In: MINDLIN LAFER, B., org. Planejamento no Brasil. *Perspectiva*, São Paulo, 1970. p. 161-84.

Com o advento da República, o poder da oligarquia rural e dos "coronéis" se fortaleceu. No período de Vargas, a face estatal autoritária se incrementou, pois se a sociedade civil era frágil e desigual, todos eram fortes e iguais no Estado. Com as modificações internas ocorridas depois da Segunda Guerra Mundial — crescimento da urbanização e da industrialização, formação da classe trabalhadora — surge o fantasma da participação popular, cuja idéia ganha vulto nos discursos oficiais populistas. Após a formação do sistema partidário, os partidos que se diziam mais voltados aos trabalhadores passam a se referir à massa. Na estrutura sindical, a figura do pelego amortece as pressões sociais.

Nos anos 50/64, ascende parte da classe média desligada do Estado, há a luta pela gratuidade do ensino, reivindicam-se as reformas de base, irrompe intensa mobilização popular no campo e na cidade, crescem os movimentos de alfabetização e de cultura popular. O populismo em certos países da América Latina ganha tal intensidade que chega-se a falar na passagem da "participação ampliada" para a "participação total"¹¹, o que evidentemente era um exagero e incompreensão do processo. No caso brasileiro, as pesquisas feitas mostram que, apesar da grande mobilização, o processo participativo atingiu setores restritos da classe média e avançava para uma participação progressiva de setores populares, que os acontecimentos de 64 impediram. Nas afirmações do Brandão, com as quais concordo, somente com o Sistema Paulo Freire e o Movimento de Educação de Base estavam se permitindo criar condições para uma efetiva educação popular que conduziu a uma participação plena das bases, como sujeitos críticos e responsáveis. O processo em gestação foi cortado em 64.

Depois de 64 até o início dos anos 80, o processo de modernização implementado foi o de exclusão social, e a participação sofreu duro golpe manifestado pela tomada de decisões por critérios tecnocráticos e autocráticos, pelo distanciamento da tecnoburocracia do povo, pela visão de encarar as massas urbanas como massas apenas consumi-

doras, pelo controle exercido sobre as associações de classe e os partidos políticos.

Iniciada a abertura, a participação ganha novo fôlego e se expressa com novos conteúdos e fórmulas. Em termos de concepções teórico-políticas mais abrangentes, se a grande maioria da população aceita a participação como desejável, existem diferentes modos de concebê-la e de estruturá-la em conformidade com visões de mundo e orientações conflitantes acerca das relações entre a sociedade e o Estado.

Estevam Martins resume as alternativas preponderantes para solucionar a questão da participação em quatro: liberal, revolucionária, corporativista e democrática.¹² Acontece que todas elas reivindicam que a sua alternativa é a mais democrática. Farei referência a duas que me parecem atualíssimas, sem esquecer a importância das demais.

Considerando a fortíssima presença do Estado, o fato de que suas agências são financiadoras e patrocinadoras de pesquisas, e que ele tem reagido às pressões populares por maior participação empregando variados meios, destaco a alternativa corporativista:

"A alternativa corporativista concebe o fortalecimento da sociedade civil em termos de integração dos órgãos representativos da sociedade nos órgãos deliberativos e administrativos do Estado. Tipicamente corporativista é o desprezo pelas estruturas de *input* do sistema político: os cidadãos-eleitores (condenados como manifestação do individualismo burguês); os partidos políticos (condenados por sua parcialidade, divisora da comunidade); o Parlamento (condenado como forma abstrata de representação dos interesses sócio-econômicos concretos); os grupos de pressão e os instrumentos societários de fiscalização e controle (condenados pelo caráter competitivo e inorgânico de suas intervenções).

Para superar esses males, a proposta corporativista os curto-circuita, convertendo a participação em participação institucionali-

¹¹ GRACIARENA, L. *Poder y clases sociales en el desarrollo de América Latina*. Buenos Aires, Paidós, 1967.

¹² ESTEVAM MARTINS, C. *Participação: o que pensa o PMDB? Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 jan. 1983. p. 3.

zada no interior dos aparelhos do poder estatal. Seu objetivo é fundir, num único mecanismo, as esferas do público e do privado.”¹³

As propostas são conhecidas: descentralização, formação de conselhos corporativos (comunitários, populares, tudo serve, independente do nome), constituídos de representantes do Governo, dos trabalhadores, dos empregadores, dos parlamentares etc., para exercer várias atribuições.

Numa sociedade na qual vigoram as relações assimétricas já comentadas a participação popular nestes organismos fica diluída, é cooptada, não satisfaz. A descentralização, que procura repartir responsabilidades entre o central e a periferia, que busca aumentar as autonomias locais, na verdade transporta o centro sobre a localidade, não delega nada de importante, porque os centros de decisão e de reprodução do poder permanecem inalterados, ficam com os representantes estatais, reforçam as elites centro-locais.

A outra alternativa pretendo denominar **democrática de base**, que se funda no **poder local**. “Trata-se, portanto, de uma verdadeira rede, extremamente densa, de estruturas de base, às vezes espontâneas e efêmeras, outras vezes integradas às instituições clássicas, e que (...) constituem, principalmente em períodos de conflito social, um sistema de controle e contenção permanente dos poderes estabelecidos, sejam estes de autoridade (patrões, administração, Igreja) ou do tipo representativo (partidos e sindicatos).”¹⁴ O poder local pode ser o município, a região, o sindicato, o conselho de fábrica, a escola etc. Esta alternativa valoriza a participação nas decisões mais importantes e na ação que solucionará os problemas, a autonomia, novas formas de representação, a autogestão, a desburocratização que atinja o essencial. As dificuldades da democracia de base estão em como conseguir articular as novas relações e estruturas com as mediações clássicas

¹³ Idem, *ibidem*.

¹⁴ Ver PORTELLI, H. Democracia representativa, democracia social e movimento social. *Revista de Cultura e Política*, São Paulo (3): nov./jan. 1981; SFEZ, Lucien, org. *L'object local*. Paris, Union Generale d'Édition, 1977.

(partidos políticos e sindicatos) e em como relacioná-las com o Estado todo-poderoso.

Exigências da Participação

Se partirmos da idéia de que participação é um processo global que abarca todas as ações da sociedade e envolve todos os setores sociais em igualdade de condições e de oportunidades, ela exige certos elementos que não podem ficar apenas na retórica:

- responsabilidade pessoal e coletiva, com mecanismos que a cobrem constantemente;
- informação ampla e acessível, que elimine o sigilo arbitrário;
- organização formal e informal, que permita acesso aos assuntos da comunidade e da Nação;
- pluralismo em todas as dimensões, que contemple colaboração nos assuntos essenciais;
- atuação ativa e consciente em planos, programas, no planejamento em geral;
- diálogo constante entre técnicos e população, trocando informações, avaliando etc; e
- novas formas de institucionalização que impeçam a burocratização.

Tal participação, ao se defrontar com as estruturas e processos sociais não-participativos e resistentes a ela, gerará tensões e conflitos naturais. É preciso encará-los como normais e ir dando passos para quebrar resistências e fortalecer tudo aquilo que vem sendo desenvolvido nos setores populares e que abre espaço para redimensionar os caminhos de democratização do país. “Na verdade, trata-se de superar muitos hábitos da luta política tradicional. Por exemplo: numa ação co-responsável povo-governo – que supõe sempre os partidos mas é necessariamente suprapartidária – ninguém pode querer ‘faturar’ resultados. Tentativas de instrumentalização deterioram a co-responsabilidade. É preciso também saber pressionar somente até o nível em que não ponha em risco o trabalho conjunto. É necessário igualmente estar preparado para a pressão crescente que irrompe, uma vez aberta a porta da participação a quem nunca participou. Nem se deve esquecer que

um povo enganado e explorado durante muitas gerações desconfia sempre, com o que incompreensões e mal-entendidos serão frequentes, e será preciso sempre desfazê-los o mais cedo possível.”¹⁵

Como situar a pesquisa participante dentro deste quadro? Algumas exigências serão melhor explicitadas no próximo item, outras derivam das colocações expostas.

Participar é uma decisão eminentemente política. Participar com quem, de quê, para quê. Qual a concepção de participação que o pesquisador e o pesquisado têm? Esta concepção de participação está vinculada com qual concepção de sociedade, de democracia?

O pesquisador, também marcado por traços elitistas, autoritários e paternalistas, deverá fazer um enorme esforço de reeducação pessoal e coletiva que elimine esses traços em todas as atividades programadas. O pesquisado, quase sempre com menor acento que o pesquisador, também mostrará as seqüelas que esses traços trouxeram para a sua personalidade e atuação. É preciso cuidado para que ele se dê conta desse condicionamento e o vá superando.

Ambos, pesquisador e pesquisado, devem aprender a viver com o diferente, aceitando o pluralismo e sabendo dialogar.

Para o pesquisador, não se trata de se transformar em povo ou ir conviver com o trabalhador na fábrica e na periferia, ainda que em casos excepcionais isto possa vir a acontecer. O exemplo dado por Carlos R. Brandão no documento básico¹⁶ é bastante sugestivo e esclarecedor (Exemplo B) e as afirmações do Pedro Demo são pertinentes: “(...) Acho que a participação é um processo histórico de conquista, ela não existe dada, nem outorgada, nem preexiste, nem nunca é suficiente. Exatamente gostaria de defini-la assim: é a conquista da autopromoção e como autopromoção já coloca um relativo problema para o pes-

quisador; o pesquisador deveria entrar aí como apoio, como assessoria, como motivação e não como condutor, o que é muito difícil”.

O pesquisado, não pode ser tratado de modo adjetivo, como um objeto que vai render dividendos políticos e prestígio ao pesquisador e à sua instituição. Ele deve ir assumindo o seu papel de sujeito do processo, fazendo as suas opções, tomando posições. O importante é a sua participação ativa e responsável em todas as esferas da vida social e, se ele julgar conveniente, também na pesquisa. E se esta acontece, ele necessita ir dominando progressivamente todas as etapas e fases. Como diz Brandão no texto de referência: “(...) o determinante numa situação participante (não precisa ser uma pesquisa, pode ser um planejamento participante, uma avaliação participante), é a participação da pesquisa no projeto popular, já que em geral quando se fala de pesquisa participante está se falando de classes populares”.

Relação Pesquisador-Pesquisado

Maria Malta Campos resume bem a complexidade da interação entre o trabalho dos pesquisadores e o grupo — ela “é sempre problemática, sempre contraditória, sempre conflitante”¹⁷. A mesma autora registra questões significativas ao avaliar a pesquisa participante em que esteve e está inserida: diferenças nos resultados, quando o pessoal tinha ou não um engajamento anterior, ou seja, há níveis diferentes nos grupos trabalhados para o uso posterior da pesquisa; interferência da pesquisa na organização e na conformação dos grupos; dificuldade em avaliar os efeitos dos produtos escritos em forma popular e sua utilização diferenciada pelos grupos; como conhecer a história anterior dos membros dos grupos, que certamente influencia suas respostas.

Indico, a seguir algumas características diferentes que tornam difícil a interação entre os dois pólos da relação:

¹⁵ WHITAKER FERREIRA, F. Participação: problema ou solução? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 nov. 1983.

¹⁶ BRANDÃO, C.R., op. cit.

¹⁷ CAMPOS, Maria Malta. Texto básico. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA PARTICIPATIVA. Brasília, INEP, mar. 1984. dat.

Qualificação	Pesquisador	Pesquisado
situação de classe	pequena burguesia classe média	operários camponeses
formação escolar	superior	analfabeto primário secundário
religião	fé racional secularização	animismo catolicismo popular cultos afro-brasileiros
linguagem	abstrata escrita	simbólica oral
contexto vital	bairros: com equipamento social lazer: clube, cinema saúde: boa alimentação medicina privada	bairros: sem infraestrutura lazer: festas populares saúde: desnutrição mortalidade infantil medicina pública

É óbvio que estas características são uma mera exemplificação, não exaustiva. A situação de classe situa os interesses de classe em campos opostos e conduz, quase sempre, a posições de classe diferentes. A formação escolar e o tipo de linguagem colocam sérios obstáculos à comunicação. A religião popular traz componentes de difícil compreensão e aceitação pelos setores modernizados. O contexto vital separa o cotidiano que vai da roupa, da comida, da casa, do trabalho, da educação, até os hábitos, costumes, tradições etc.

Outras características, no entanto, podem aproximar os dois pólos. A crise econômica e o assalariamento da classe média proletarizam determinadas camadas que passam a viver os mesmos dramas dos trabalhadores. A crise política faz convergir objetivos. Projetos de sociedade e opções ideológicas somam interesses. Além disso, certos elementos, que dificultam a interação, acontecem tanto do lado do pesquisador quanto do pesquisado: por exemplo, nos dois lados

existem pessoas e grupos engajados politicamente ou não, existem divisões de concepções e de militância partidária, existem experiências mais ricas e mais corriqueiras, e assim por diante.

Nas Ciências Sociais e mesmo na Educação, alguns aportes gramscianos têm sido trabalhados e utilizados com ganhos visíveis. Conceitos como os de bloco histórico, partido ideológico, hegemonia e intelectual orgânico são bastante frutíferos desde que devidamente entendidos e aplicados. Setores da classe média que trabalham com setores populares passam a se autodenominar de intelectuais orgânicos das classes subalternas, esquecendo-se das precisões elaboradas por aquele filósofo, das condições objetivas que ele vivenciou, de todo este quadro de empecilhos existentes em suas relações com as bases. Alguns, por se vincularem a algum trabalho de base, crêem que sua prática é conseqüente, mas esta não é uma tarefa nada fácil e os erros cometidos são graves e constantes. Outros, por pensarem que detêm o domínio da teoria, querem mecanicamente impor a teoria à prática, sem lembrar que não há uma correspondência imediata entre o conhecimento da realidade e a realidade em si.

Em certas afirmações que fiz, defendi a necessidade de que alguém, para ser **intelectual orgânico das classes populares**, teria que se **identificar pela teoria e pela prática** com os reais interesses dessas classes.

A identificação pela teoria requer: a) conhecer o saber popular e a realidade vivida pelos setores populares – aqui é que a pesquisa participante cumpre função importantíssima; b) conhecer a memória social desses setores; c) conhecer a história e as lutas desses setores em outros países; d) conhecer as elaborações teóricas dos autores clássicos e contemporâneos sobre o assunto, que procuram explicar a realidade e prever os seus rumos; e e) conhecer a produção originada nos próprios meios populares. E, é claro, com este conhecimento, aceitar os seus anseios e aspirações, defender os seus interesses, concordar com seu papel histórico e de que ele é capaz de ser protagonista de transformações. Esta identificação não se satisfaz com as teorias e concepções já formuladas, mas tenta atualizá-las constan-

temente. Como disse um estudioso com relação aos educadores, e que vale também para os pesquisadores: "Vinculando-se à prática dos educandos, numa atitude de escuta e aprendizado, o educador **recria** a teoria a partir da prática, redimensionando os seus conceitos a partir das exigências do trabalho, questionando as suas análises a partir da realidade concreta em que vivem os trabalhadores e o real estágio de sua consciência de classe; enfim, passa a acreditar que o próprio povo é capaz de, à sua maneira (o que não significa 'menos científica') elaborar a teoria que nasce da prática e, assim, traçar o rumo de sua ação".¹⁸

A identificação pela prática requer: a) mudança de lugar social em suas atitudes e comportamentos; b) contato direto com o povo; c) apoio às suas reivindicações imediatas e interesses concretos; d) trabalho direto com grupos, associações, comunidades, movimentos populares, defendendo-os e elevando o seu nível cultural; e) trabalho indireto de prestação de serviços profissionais e técnicos, através de instituições públicas e privadas. Nesta perspectiva, o compromisso político com movimentos, associações de classe e partidos ganha em qualidade. Um trabalho que merece especial atenção neste sentido é o que vem sendo realizado por grupos e entidades de assessoria, mas cujo controle pertence a um grupo ou a uma instituição dos trabalhadores. Por tudo que já foi aqui salientado, esta prática varia de lugar para lugar, de momento para momento, e vai se enriquecendo na medida em que se relaciona com a teoria e faz avançá-la.

Retomando as idéias gerais, a pesquisa participante vai adquirindo mais consistência e eficácia se o pesquisador for se identificando, do modo descrito, com o pesquisado. Quase todos os aspectos comentados fazem parte dos componentes tidos como constitutivos desta modalidade de pesquisa, nos seus aspectos positivos e nos seus riscos.

Concluindo, penso que a pesquisa participante não pode se transformar em mais um modismo a ser superado rapidamente. As críticas rigorosas

quanto ao seu significado e aos procedimentos devem ajudar no seu emprego correto e conseqüente, mas não conduzir ao seu abandono de forma ligeira. Se pudesse sintetizar a minha preocupação final, eu diria que devemos nos unir na luta por mais, muito mais pesquisa em nosso país. E, para aqueles que desejarem desenvolver a pesquisa participante, aceitando todas as suas exigências, devemos somar esforços no sentido de apoiá-los com disposição.

¹⁸ BETTO, Frei. A educação nas classes populares. In: SEDOC, Comunidades eclesiais de base. Estudos dos peritos. Encontro de João Pessoa/2, 2 (118): 793-4, jan./fev. 1979.